

Regulamento para creditação de formação realizada e de experiência profissional anteriormente obtida

O presente Regulamento define os procedimentos a seguir na ESAD (Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva) com vista ao cumprimento do artigo 45º do Decreto-Lei nº 74/2006 de 24 de Março (Creditação de graus académicos e diplomas do Ensino Superior) e do artigo 13º do Decreto-Lei nº 64/2006, de 21 de Março (Condições especiais de acesso e ingresso no Ensino Superior).

A ESAD passou a ter, por via dos dois Decretos-Lei, além da capacidade de conferir graus e diplomas, a capacidade de reconhecer saberes e competências adquiridos na vida pessoal e profissional dos cidadãos, validando-os e creditando-os para efeitos de prosseguimento de estudos nas suas licenciaturas e mestrados, com vista à obtenção de graus e diplomas.

Artigo 1º

Os candidatos a esta creditação podem agrupar-se em três categorias:

1. Os admitidos na ESAD nos termos do Decreto-Lei nº 64/2006, de 21 de Março (maiores de 23 anos);
2. Os trabalhadores-estudantes que concorram através de candidatura de ingresso e aqueles que pretendam creditação de competências adquiridas em contexto profissional;
3. Os alunos das licenciaturas anteriores à adequação ao processo de Bolonha que pretendam inscrever-se em cursos já adequados do 1º ou 2º ciclo;
4. Os alunos detentores de um CET (Curso de Especialização Tecnológica), nos termos fixados pelo respectivo diploma.

No que respeita aos candidatos referidos na alínea a), a ESAD publicou um Regulamento específico, aprovado em Conselho Científico.

Os restantes candidatos deverão formular o pedido de reconhecimento e creditação de competências através de requerimento em formulário próprio, disponível na Secretaria da ESAD, acompanhado da documentação abaixo referida.

Artigo 2º

Os processos de creditação deverão respeitar as seguintes regras e procedimentos:

1. A creditação de competências adquiridas em contextos de ensino não superior e/ou através de experiência profissional, tendo em vista a inserção num curso ministrado pela ESAD para obtenção de um grau académico, não poderá ultrapassar o limite máximo de 30 ECTS para competências adquiridas em contextos formais de formação e o mesmo máximo para competências adquiridas em contextos não formais, contabilizados como experiência profissional. O somatório de ambas as componentes não deverá exceder os 40% do número total de ECTS necessários à conclusão do curso e obtenção do grau académico;

2. A creditação de competências adquiridas será realizada por uma Comissão de Creditação, composta pelos Presidentes dos Conselhos Científico e Pedagógico e pelo coordenador da respectiva licenciatura ou mestrado;

3. A Comissão de Creditação deverá avaliar os processos apresentados pelos candidatos, atribuir o número global de ECTS e distribuí-los por área científica e unidade curricular;

4. O Conselho Científico procederá à ratificação dos processos de creditação;

5. As unidades curriculares obtidas por equivalência através do pedido de validação e creditação de competências são creditadas com o número de ECTS correspondentes e conservam as classificações obtidas nos estabelecimentos de ensino superior onde foram obtidas;

6. No caso de o estabelecimento de ensino superior ser estrangeiro e usar uma escala diferente, a classificação resulta da conversão de escalas de classificação estrangeiras à escala de classificação nacional, de acordo com a fórmula de cálculo definida para o efeito;

7. No caso da equivalência resultar da creditação por experiência profissional, não deve ser atribuída qualquer classificação, pelo que tais unidades curriculares não devem ser consideradas para efeitos de cálculo da média final do curso. Estas unidades curriculares constarão no Certificado de Habilitações / Suplemento ao Diploma de Curso do aluno, com a menção “Unidade Curricular realizada por equivalência via processo de creditação de competências profissionais ou académicas”;

8. No que se refere aos alunos oriundos dos cursos da ESAD, é aplicada a tabela de equivalências já aprovada em conselho científico;

9. Cada processo de creditação de competências é considerado acto curricular e,

como tal, sujeito ao pagamento da respectiva propina;

10. Quando se revelar necessário, a Comissão de Creditação poderá pedir uma entrevista e/ ou a realização de provas complementares;

11. A Comissão de Creditação deverá elaborar um “Termo de Creditação de Competências Adquiridas em Contexto Profissional e/ou Formativo não Superior”;

12. O processo de candidatura deverá ser entregue na Secretaria da ESAD e posteriormente remetido à Comissão de Creditação, que, no prazo máximo de 15 dias úteis, deverá despachar o processo, procedendo posteriormente o Conselho Científico à sua ratificação.

13. A candidatura à creditação de competências adquiridas no âmbito de formação realizada e de experiência profissional deve ser apresentada mediante um dossier organizado pelo interessado, do qual deverão constar os seguintes elementos:

a) Requerimento para “Processo de Certificação, Validação e Creditação de Competências”;

b) *Curriculum vitae* elaborado segundo modelo europeu (CV Europass), disponível em <http://europass.cedefop.europa.eu/>, a que deve ser anexada uma descrição exaustiva de cada uma das funções e tarefas profissionais executadas no passado e que sejam relevantes para o processo;

c) Declarações comprovativas emitidas pela(s) entidade(s) empregadoras, com identificação de funções, posição e período de execução das mesmas, ou a declaração do comprovativo de desconto para a segurança social e identificação de funções, posição e período de desempenho das mesmas, no caso de ser impossível entregar a declaração da entidade empregadora;

d) Certificados de habilitações (autenticados para efeitos de matrícula);

e) Certificados ou outros comprovativos de formação realizada;

f) Cartas de recomendação significativas;

g) Outros elementos considerados importantes para a apreciação (estudos publicados ou outros documentos escritos, projectos realizados, referências profissionais concretas, etc.).

Artigo 3º

As dúvidas e casos omissos que possam surgir na aplicação do presente Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Científico da ESAD.

*(Documento apresentado no Conselho Científico de 9 de Julho de 2008 e aprovado no
Conselho Científico de 12 de Setembro de 2008)*